

Implicações econômicas da integração do mercado interno da Comunidade Européia: uma revisão

ALEXANDER ITALIANER *

O artigo apresenta uma resenha concisa e não exaustiva da literatura suscitada pelo relatório Cecchini sobre as implicações econômicas da integração do mercado europeu. Duas linhas básicas de investigação são distinguidas: a) avaliação de conclusões e análises contidas no relatório Cecchini enquanto primeiro esforço de quantificação do "custo da não-Europa", ou seja, em termos da teoria da integração, os ganhos da integração; e b) das lacunas desse relatório, cobrindo os problemas que por falta de recursos ou informações não foram adequadamente analisados. Nesse sentido, cinco temas são objeto do artigo: os efeitos regionais da integração na própria CEE; os impactos setoriais dentro da Comunidade; as implicações externas da integração; os efeitos dinâmicos da integração; e, por fim, à guisa de conclusão, o papel de políticas complementares.

I — Introdução

Na primavera de 1988, dois acontecimentos relacionados com a Comunidade Européia abalaram os políticos, empresários e pesquisadores científicos. A reunião de cúpula de Bruxelas, em fevereiro daquele ano, removeu uma série de obstáculos importantes à continuação do processo de integração europeia, por meio de acordos sobre o financiamento da Comunidade, limites aos gastos na agricultura e duplicação dos chamados fundos estruturais (fundo regional, fundo social e o setor de orientação do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola). Isto abriu caminho para um aumento na velocidade com que foram adotadas as medidas necessárias para completar o mercado interno da CE, de acordo com as diretrizes traçadas pelo "White Paper" de 1985 [Comissão da CE (1985)]. Até junho de 1989, mais de 50% das 279 medidas do programa haviam sido aprovadas pelo Conselho [Comissão de CE (1989a)]. Entre elas, se incluíam medidas importantes nas áreas de movimentos de capital, compras públicas, serviços bancários e o reconhecimento mútuo de diplomas universitários. O processo de integração não ficou somente no mercado interno. Baseado em um relatório feito pelo Comitê para o Estudo da Unificação Econômica e Monetária (1989), o Conselho Europeu decidiu, na reunião de cúpula de Madri de junho de 1989, dar início à primeira fase dessa unificação em

Nota do Editor: Tradução não revista pelo autor.

* Da Commission of European Communities.

1 de julho de 1990. Deste modo, os obstáculos removidos em fevereiro de 1988 proporcionaram um impulso político significativo ao processo de integração europeia.

Pouco depois da reunião de Bruxelas, foram publicadas as conclusões de um importante estudo sobre aquilo que foi chamado de "custo da não-Europa" [Comissão da CE (1988a)]. Além de fazer uma análise econômica detalhada do impacto setorial da maioria dos aspectos da integração do mercado interno, o estudo também tentou apresentar uma estimativa quantitativa global do "custo da não-Europa", o qual, em termos da teoria da integração, pode ser considerado equivalente aos ganhos com uma maior integração. Assim sendo, muito embora outras pesquisas tenham procurado analisar de forma abrangente o impacto do cumprimento do "White Paper" [cf. Pelkmans e Winters (1988)], este estudo, mais conhecido como o relatório Cecchini, foi a primeira tentativa de quantificação global. Duas abordagens complementares foram seguidas, com a finalidade de estimar os ganhos do mercado interno. Com base em uma abordagem microeconômica, fazendo-se uso de uma análise de equilíbrio parcial, foram calculados os ganhos possíveis de bem-estar na faixa de 4,25 a 6,50% do PIB da Comunidade [cf. Cawley e Davenport (1988)]. Como esta abordagem restringiu-se principalmente a cálculos relativos a mudanças nos excedentes do consumidor e do produtor, sem as repercussões sobre outras variáveis macroeconômicas, ela foi complementada por uma abordagem macroeconômica. Esta última foi baseada no uso de modelos econométricos dinâmicos de ligação internacional: o modelo HERMES da Comissão Europeia e o modelo INTERLINK da OCDE. Os resultados dos cálculos do modelo macroeconômico, reproduzidos na Tabela 1, indicaram um possível aumento de médio prazo de 4,5% no PIB, um decréscimo do nível de preços de 6% e uma elevação de 1,5% no emprego, o equivalente a quase dois milhões de postos [cf. Catinat, Donni e Italianer (1988) e Catinat e Italianer (1988)]. Uma utilização adicional do espaço de manobra orçamentário poderia aumentar o efeito sobre o PIB para 7%, expandindo o emprego em cinco milhões de postos [cf. Comissão da CE (1988a)].

Logo após a reunião de cúpula de Bruxelas e a publicação do relatório Cecchini, houve um progresso considerável no clima econômico, tanto na CE como em outras áreas. A maioria das previsões econômicas datando do início de 1988 ainda estavam imbuídas de expectativas moderadamente negativas acerca dos possíveis efeitos prejudiciais dos fatos ocorridos no mercado de ações em outubro de 1987. As previsões econômicas da Comissão Europeia em janeiro de 1988, por exemplo, anteviam um aumento de 4,1% no volume do investimento da Comunidade em equipamento [Comissão da CE (1989b)]. Esta previsão sofreu aumentos ao longo do ano, encerrando com uma realização de 9,3% [Comissão da CE (1989b)], o que representava, portanto, mais do dobro da expectativa inicial. Atribuir esta duplicação do investimento em equipamento, com relação à previsão inicial, às "notícias" positivas sobre a integração europeia seria um raciocínio do tipo *post hoc, ergo propter hoc*. A provisão de liquidez adequada, imediatamente após o *crash* da bolsa, por parte das autoridades monetárias, e o redobramento de esforços no campo da coordenação econômica internacional exer-

TABELA 1

Resultados detalhados da simulação macroeconômica agregada da integração do mercado interno do EUR12 — diferenças percentuais da linha básica, exceto quando indicado

| | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|--------|
| Consumo privado | 0,6 | 1,3 | 1,9 | 2,3 | 2,7 | 3,1 |
| Consumo governamental | 0,9 | 0,8 | 0,9 | 1,0 | 1,0 | 1,1 |
| Formação bruta de capital fixo | 2,3 | 3,7 | 4,4 | 6,1 | 5,4 | 5,4 |
| — Governo | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| — Residencial | 0,5 | 1,8 | 3,2 | 4,2 | 4,6 | 4,7 |
| — Firms | 3,7 | 5,5 | 6,2 | 6,8 | 7,0 | 7,0 |
| Exportações de bens e serviços | 3,4 | 5,5 | 7,4 | 8,6 | 9,6 | 10,5 |
| Importações de bens e serviços | 2,9 | 4,4 | 5,4 | 6,1 | 6,7 | 7,2 |
| Produto interno bruto | 1,1 | 2,3 | 3,2 | 3,6 | 4,1 | 4,5 |
| Consumo privado | -1,6 | -2,7 | -3,7 | -4,7 | -5,5 | -6,7 |
| Preços de exportação | -0,9 | -2,0 | -3,3 | -4,3 | -5,0 | -5,6 |
| Preços de importação | -1,3 | -2,1 | -3,2 | -3,9 | -4,5 | -5,0 |
| Taxa de salário nominal | -1,0 | -2,2 | -2,9 | -3,4 | -3,8 | -4,0 |
| Taxa de salário real | 0,8 | 0,8 | 1,1 | 1,5 | 1,9 | 2,2 |
| Relações de troca | 0,5 | 0,1 | -0,2 | -0,4 | -0,5 | -0,6 |
| Deflator do PIB | -1,7 | -2,9 | -4,0 | -5,0 | -5,9 | -6,5 |
| Emprego ^a | -533 | -40 | 552 | 1.043 | 1.462 | 1.866 |
| Emprego | -0,4 | -0,0 | 0,5 | 0,8 | 1,2 | 1,5 |
| Desemprego ^a | 446 | 13 | -396 | -746 | -994 | -1.255 |
| Taxa de desemprego ^b | 0,3 | 0,0 | -0,2 | -0,3 | -0,6 | -0,7 |
| Produtividade da mão-de-obra ^c | 1,6 | 2,4 | 2,7 | 2,8 | 3,0 | 3,0 |
| Taxa de utilização da indústria ^b | 0,9 | 1,7 | 2,1 | 2,2 | 2,3 | 2,5 |
| Saldo orçamentário ^c | 0,1 | 0,7 | 1,2 | 1,5 | 1,9 | 2,2 |
| Saldo corrente ^c | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,8 | 0,9 | 1,0 |
| Saldo operacional bruto ^c | 0,5 | 0,7 | 0,8 | 0,2 | -0,1 | -0,4 |
| Renda real disponível das unidades familiares | 0,9 | 1,4 | 2,0 | 2,3 | 2,7 | 2,9 |

FONTE: Catinat, Donni e Italianer (1988). Simulações com modelos HERMES e INTERLINK.

^a Milhares.

^b Diferença absoluta em pontos percentuais.

^c Diferença absoluta em percentagem do PIB.

ceram, sem dúvida, uma influência significativa na neutralização das ameaças de recessão, levadas em conta pelas previsões. No entanto, há alguma evidência sugerindo que "1992" poderia ter tido, e provavelmente ainda está tendo, um impacto nada desprezível sobre as expectativas de negócios e, *a fortiori*, sobre o investimento. O levantamento empresarial realizado para o estudo acerca do custo da "não-Europa" mostrou um aumento médio esperado nas vendas de 5% devido à conclusão do mercado interno [Comissão da CE (1988a)], indicando expectativas de demanda positivas. Num levantamento mais recente feito pela Comissão da CE (1989d) relativo aos efeitos do mercado interno sobre a indústria de transformação, as expecta-

tivas positivas sobre a evolução das vendas, investimento, emprego e produtividade são amplamente confirmadas. De modo geral, pareceria justo atribuir-se pelo menos parte do *boom* de investimentos que teve início em 1988 a fatores relacionados com a aceleração do processo de integração europeia. A propósito, pode-se observar que, a despeito dos aumentos anuais de produtividade da mão-de-obra da ordem de 2%, há uma previsão de crescimento do emprego na Comunidade de mais de 1,5 milhão de cargos no período 1988/90 em comparação com o período 1985/87 [Comissão da CE (1989c)]. No relatório Cecchini, estimou-se que os ganhos de produtividade do mercado interno poderiam levar inicialmente a perdas de emprego. Uma vez que os aumentos atuais de produtividade incorporam os efeitos do mercado interno, seu possível impacto negativo sobre o emprego parece não existir ou ser desprezível.

Pondo-se de lado os desdobramentos políticos e o desempenho econômico, a perspectiva do mercado interno suscitou também a pesquisa econômica. O propósito deste trabalho é dar uma visão sucinta, sem pretender que seja completa ou definitiva, da abundante literatura que tem aparecido nos últimos 18 meses, relacionada com as implicações econômicas do mercado interno.¹ Nesta literatura, podem ser separadas duas correntes de pesquisas: de um lado, aquela dedicada à análise e às conclusões contidas no relatório Cecchini, que é tratada na Seção 2; e, de outro, alguns estudos que se concentraram nos “pontos brancos” desse relatório, em tópicos que não foram exaustivamente cobertos por falta de informações ou de recursos quando se pesquisou o custo da “não-Europa”. Neste caso, podem ser destacados cinco temas: em primeiro lugar, o que diz respeito aos efeitos *regionais* do mercado interno com a Comunidade e é discutido na Seção 3; em segundo, há o impacto *setorial* dentro da Comunidade, que será o assunto da Seção 4; em terceiro, existem as implicações *externas* do mercado interno, consideradas na Seção 5; em quarto, a Seção 6 analisa os efeitos *dinâmicos*; e, finalmente, em quinto lugar, a seção final contempla o papel das *políticas coadjuvantes*.

2 — 1992: potencialidade ou realidade?

Parece haver alguma confusão acerca da natureza dos ganhos quantitativos da ultimação do mercado interno do modo como foi estimado pelo relatório Cecchini. Em termos de implicações econômicas, podem ser destacadas três situações, representando uma ordem de magnitude decrescente dos efeitos. A primeira situação é aquela na qual se realizam todos os *efeitos potenciais máximos* do mercado interno. Para que tal aconteça, duas condições têm de ser satisfeitas: todas as medidas do “White Paper” teriam

¹ Isto exclui uma discussão da crescente literatura relativa ao progresso em direção à Unificação Econômica e Monetária.

de ser adotadas e efetivamente implementadas através de lei nacional; e, dado um mercado interno que existe no papel, incluindo as medidas coadjuvantes necessárias (como uma política de competição efetiva), a estrutura econômica no mercado integrado seria aquela teoricamente esperada, o que corresponderia a um cenário de integração no qual os preços diferem apenas devido a custos de transporte. A segunda situação é aquela em que os *ganhos potenciais limitados* do mercado interno passam a vigorar. Para tanto, seria igualmente necessária a implementação efetiva do "White Paper", mas com relação ao grau de integração do mercado, iria depender de uma estimativa realista dos efeitos do aumento do tamanho do mercado e da competição mais acirrada. Este cenário não corresponderia deste modo necessariamente ao teoricamente esperado. A terceira situação é a dos *ganhos realizados*, que correspondem ao grau real de implementação do "White Paper", como também do aumento realizado na integração efetiva do mercado.

As estimativas contidas no relatório Cecchini podem ser consideradas como variando entre as correspondentes aos efeitos máximo e de potencial limitado. Por exemplo, para os cálculos microeconômicos, foram usadas várias hipóteses acerca do grau de integração do mercado, com o fim de obter uma série de efeitos das economias de escala e aumento da concorrência (X-ineficiências, rendas de monopólio). Outro exemplo diz respeito aos efeitos da liberalização dos serviços financeiros, quando se supôs que apenas cerca de 50% do decréscimo potencial dos preços (isto é, convergência para os níveis mais baixos de preços) iriam se realizar. Em consequência, mesmo o limite superior da faixa estimada para os efeitos de bem-estar derivados dos cálculos microeconômicos subestima provavelmente os efeitos máximos possíveis do mercado interno, o que é ainda mais verdadeiro pelo fato de alguns possíveis efeitos dinâmicos não terem sido incluídos nos cálculos (por exemplo, efeitos da concorrência sobre a inovação e o progresso técnico). Analogamente, os cálculos macroeconômicos estão provavelmente mais próximos dos efeitos restritos do que dos efeitos máximos potenciais [cf. Comissão da CE (1988a, p. 117) e Catinat e Italianer (1988)].

Um bom exemplo com relação à confusão é o estudo de Kay (1989), que afirma:

"As estimativas da Comissão dos custos da 'não-Europa' tendem, por motivos políticos óbvios, a errar por excesso e é improvável que as formalidades comerciais sejam eliminadas completamente ou que se consiga um mercado livre no transporte rodoviário."

Estas declarações parecem identificar as estimativas do relatório Cecchini com os "efeitos realizados" do mercado interno, que já descrevemos. O fato de a Comissão ter levado em conta a diferença entre os resultados "potencial" e "realista" é, contudo, exemplificado pela seguinte passagem [Comissão da CE (1988a, p. 115)]:

"... uma fonte possível de superestimativas é a hipótese de política sobre a 'finalização' do mercado interno. Esta poderá vir a ser mais acentuada que o resultado real... não cabe ao presente estudo oferecer cenários alternativos sobre este ponto. Pelo contrário, a intenção do estudo é fornecer informações acerca dos ganhos potenciais."

Deste modo, se Kay (1989, p. 9) afirma que uma avaliação realista das economias de custo que se podem obter com reduções nos custos de distribuição corresponderia à metade do nível estimado pelo relatório Cecchini, isto não deve ser interpretado como uma visão alternativa sobre os ganhos potenciais, e sim como uma estimativa do resultado real, como foi mencionado anteriormente. Além disso, esta opinião, *per se*, não parece ser corroborada pelo número de medidas do "White Paper" adotadas pelo Conselho até meados de 1989.

O Bureau Central de Planejamento da Holanda (1989), por sua vez, tendo feito seus próprios cálculos sobre os efeitos macroeconômicos do mercado interno ao nível da Comunidade, como um caso de referência para sua simulação com relação àquele país, faz uma distinção clara entre os efeitos potenciais contidos no relatório Cecchini e suas próprias hipóteses, levantadas com o fim de obter uma estimativa realista dos efeitos reais. Para conseguir estes últimos, vários dos choques exógenos das simulações de Cecchini foram atenuados, diminuindo suas conseqüências macroeconômicas. Além disso, eles contêm um elemento novo interessante, com relação às simulações de Cecchini, sob a forma de uma hipótese acerca do aumento do investimento doméstico na Comunidade [cf. Bakhoven (1989)]. Embora estes cálculos tenham o mérito de explicar claramente em que pontos eles divergem das hipóteses da Comissão, não parecem acrescentar qualquer informação nova, por serem destituídos de conteúdo empírico no qual estas últimas se basearam, mesmo quanto à hipótese sobre o investimento doméstico. Em poucas palavras: se os insumos são reduzidos à metade, os resultados também o são; mas o que isto explica no caso de os insumos serem reduzidos à metade devido a outras "expectativas"?

Uma segunda confusão acerca dos benefícios potenciais do mercado interno se relaciona com a natureza e a composição dos efeitos que deram origem a eles. O relatório Cecchini faz uma distinção entre o custo direto das barreiras e os efeitos (indiretos) da integração do mercado. O primeiro pode ser decomposto ainda entre o custo das barreiras com efeito sobre o comércio, como as demoras nas fronteiras ou o custo relativo a formalidades administrativas, e o custo advindo de barreiras de acesso ao mercado, tais como as práticas restritivas de compras públicas ou regulamentos relativos a seguros de serviços financeiros.

Os efeitos de integração do mercado são os que têm origem no aumento do tamanho do mercado e acirramento da concorrência. Em princípio, os aumentos de tamanho do mercado permitem economias de escala ou economias de escopo, enquanto que a maior concorrência deveria exercer pressão sobre a eficiência de firmas que antes operavam em um segmento nacional protegido dentro do âmbito do mercado da Comunidade, ao mesmo tempo em que haveria um decréscimo nas rendas de monopólio que aquelas empresas poderiam auferir naquela situação.

Como mostra a Tabela 2, e dependendo do cenário adotado, as economias de escala contribuem com um décimo a um terço dos ganhos totais de bem-estar, conforme calculado na análise microeconômica do relatório Cecchini. Tomados em conjunto, os efeitos mais importantes (60-80%) de-

TABELA 2

*Origem dos ganhos de bem-estar — análise microeconômica,
percentagem dos ganhos totais*

| | Variante ^a | | | |
|--|-----------------------|--------|-------|--------|
| | A — I | A — II | B — I | B — II |
| <i>Custo direto das barreiras</i> | | | | |
| 1 — Barreiras afetando o comércio | 5 | 6 | 5 | 6 |
| 2 — Barreiras afetando toda a produção | 33 | 45 | 38 | 50 |
| <i>Efeitos de integração do mercado</i> | | | | |
| 3 — Economias de escala | 35 | 13 | 33 | 11 |
| 4 — Efeitos de competição sobre X — ineficiência e rendas de monopólio | 27 | 36 | 25 | 32 |
| Total ^b | 100 | 100 | 100 | 100 |
| PM: Efeitos de bem-estar (% do PIB) | 5,8 | 4,3 | 6,4 | 4,8 |

FORNE: Calculada a partir de Comissão da CE (1989 a, pp. 154 — 6).

^a As variantes A e B correspondem ao mínimo e máximo da amplitude dos efeitos dos custos diretos. As variantes I e II correspondem a dois cálculos alternativos dos efeitos de integração do mercado.

^b Os números podem discrepar do total devido aos arredondamentos.

rivam, porém, da eliminação de restrições à entrada no mercado e aos efeitos decorrentes do aumento da concorrência. No relatório Cecchini, admite-se que as economias de escala não estão presentes em todos os setores da indústria: estima-se que um terço da indústria seria capaz de se aproximar da escala técnica minimamente eficiente [cf. Comissão da CE (1988a, p. 154)]. Assim sendo, Geroski (1989, p. 33) escreve:

“A opinião da Comissão parece ser a de que as economias de escala estão presentes e são inexploradas na maioria dos setores... [e]... que os ganhos potenciais da reestruturação são tão grandes que apenas uma fração dos benefícios totais que se espera resultarem de ‘1992’ será associada diretamente à remoção de barreiras.”

3 — Efeitos regionais dentro da Comunidade

Os efeitos macroeconômicos para a Comunidade como um todo, calculados no relatório Cecchini, foram o resultado de uma extrapolação linear dos resultados obtidos com modelos interligados macrossetoriais ou macroeconômicos relativos a um número limitado de países. Nas quatro simulações que

foram executadas (barreiras alfandegárias, compras públicas, serviços financeiros e os chamados "efeitos de oferta"), apenas os resultados relativos à Alemanha, à França, à Itália e ao Reino Unido estiveram presentes em todos os casos [cf. Catinat, Donni e Italianer (1988)]. A Bélgica esteve representada em três dos quatro casos (não havia dados disponíveis para os "efeitos de oferta"), a Holanda em dois deles (barreiras alfandegárias e serviços financeiros), enquanto os resultados para a Espanha só estiveram disponíveis com relação à simulação acerca dos serviços financeiros. Além disso, no que diz respeito aos "choques de oferta", responsáveis por uma parcela importante dos efeitos de médio prazo sobre o PIB, os dados para os efeitos de economias de escala e concorrência foram os mesmos para os quatro países. Em consequência, os resultados dos países individualmente poderiam ser considerados menos significativos que o resultado relativo à Comunidade, que foi derivado deles. De qualquer modo, as diferenças entre os resultados agregados para os quatro grandes países não foram suficientemente grandes para serem significativas (cf. Tabela 3).

Considerando-se que três das quatro simulações foram disponíveis para a Bélgica e dado o procedimento seguido com relação aos "efeitos de oferta", a média dos quatro países grandes poderia ser adicionada aos outros resultados, para se obter uma estimativa acerca dos efeitos totais da integração do mercado interno para a Bélgica. Foi este o procedimento seguido pelo Bureau Belga de Planejamento [cf. Van Sebreeck (1988)] e por Italianer e Vanheukelen (1989), cujos resultados foram incluídos na Tabela 3, por serem comparáveis aos obtidos para a Alemanha, a França a Itália e o Reino

TABELA 3

Comparação dos efeitos macroeconômicos "potenciais" de médio prazo da integração do mercado interno

| | B | D | F | I | UK | CE |
|-------------------------------|------|------|------|------|------|-------|
| <i>Diferenças percentuais</i> | | | | | | |
| Produto interno bruto | 4,5 | 4,2 | 5,1 | 5,5 | 4,0 | 4,5 |
| Deflador do consumo privado | -5,1 | -6,2 | -4,9 | -7,1 | -7,4 | -6,2 |
| Deflador do PIB | -5,0 | -5,2 | -5,6 | -8,3 | -8,1 | -6,5 |
| Salários reais | 2,2 | 3,1 | 1,5 | 1,2 | 2,7 | 2,2 |
| Produtividade da mão-de-obra | 2,1 | 2,5 | 3,5 | 3,9 | 2,9 | 3,0 |
| Emprego | 2,0 | 1,7 | 1,6 | 1,4 | 1,4 | 1,5 |
| <i>Diferenças absolutas</i> | | | | | | |
| Emprego (1.000) | 73 | 438 | 342 | 308 | 385 | 1.866 |
| Saldo orçamentário (% do PIB) | 3,0 | 1,5 | 2,6 | 3,7 | 1,8 | 2,2 |
| Saldo corrente (% do PIB) | 2,4 | 0,7 | 1,4 | 1,0 | 0,6 | 1,0 |

FONTES: Catinat, Donni e Italianer (1988), Italianer e Vanheukelen (1989) e Van Sebreeck (1988).

Unido. Em comparação com a média da Comunidade, duas diferenças se sobressaem quanto à Bélgica: o efeito de médio prazo sobre o emprego e o efeito sobre o saldo em conta corrente. Este último parece ser devido à sua relativa abertura dentro da Comunidade (as exportações de bens e serviços corresponderam, em 1988, a 69% do PIB), combinada com uma participação no comércio dentro da CE de quase 75%. Esta é provavelmente também a razão pela qual, apesar de um aumento menor na produtividade da mão-de-obra, o crescimento do PIB foi o mesmo da média da Comunidade, o que, conjuntamente, resultou em um efeito mais forte sobre o emprego.

Os cálculos feitos pelo Bureau Central de Planejamento da Holanda (1989) relativos às conseqüências macroeconômicas da integração do mercado interno para aquele país não podem ser comparados com os da Tabela 3, pelo fato de se ocuparem das chamadas estimativas "realistas", baseadas no resultado "esperado" pelo Bureau, e não das estimativas "potenciais", como foi discutido na seção anterior. Assim sendo, a Tabela 4 compara as estimativas "realistas" do Bureau com relação à Holanda com suas próprias estimativas "realistas" do efeito médio sobre a CE. O desempenho um pouco melhor da Holanda, em comparação com a média da Comunidade, é atribuído à abertura relativa da economia holandesa, confirmando o resultado mostrado pela Bélgica. Além disso, é interessante notar que as simulações do Bureau, tanto para a Holanda como para a CE, implicam aumentos reais de salários, que absorvem completamente o aumento de produtividade da mão-de-obra. O relatório do Bureau (p. 6, p. ex.) enfatiza que, mesmo que isto fosse somente parcialmente verdadeiro (como na Tabela 3, por exemplo), o emprego talvez se beneficiasse mais do que o sugerido pelos cálculos atuais.

O relatório Cecchini raramente inclui resultados referentes aos países periféricos da Comunidade (Dinamarca, Grécia, Espanha, Irlanda e Portugal). Apenas os relativos ao levantamento de empresas são disponíveis para todos os países membros. Estes resultados indicam aumentos esperados nas vendas da ordem de 7,3% nos cinco países periféricos, em comparação com 4,7% nos outros países membros [Comissão da CE (1988a, p. 152)]. Baseadas nisto, as estimativas da Comissão Européia são de que os ganhos do mercado interno, calculados com base numa extrapolação dos resultados, em sua maioria relativos aos últimos países, poderiam muito bem ter sido subestimados. Até agora, as evidências encontradas a respeito são relativamente pequenas. Os resultados para a Irlanda foram publicados por O'Sullivan (1989), os quais têm uma dimensão interessante porque, embora partindo de dados comparáveis aos do relatório Cecchini, o autor faz uma tentativa de introduzir um *timing* explícito para a introdução dos choques. Ao fazê-lo, os efeitos de médio prazo do relatório Cecchini foram considerados, na maioria dos casos, como ocorrendo ao longo de um período de sete anos e foram introduzidos em montantes iguais durante este tempo, começando em anos que variaram entre 1990 e 1993, embora geralmente em 1991 e 1992. Considerando-se que os resultados da simulação irlandesa não foram publicados para os anos posteriores a 1994, os valores para este ano não podem ser considerados como sendo os efeitos de médio prazo para a Irlanda. Isto se deve em parte ao fato de os efeitos de médio prazo não terem

TABELA 4

Comparação dos efeitos macroeconômicos "realistas" de médio prazo da integração do mercado interno

| | Países Baixos | CE |
|-------------------------------|---------------|-------|
| <i>Diferenças percentuais</i> | | |
| Produto interno bruto | 3,25 | 2,25 |
| Deflator do consumo privado | -2 | -1,75 |
| Deflator do PIB | : | -2 |
| Salários reais | 3,50 | 2,50 |
| Produtividade da mão-de-obra | 3,25 | 2,25 |
| Emprego | 0 | 0 |
| <i>Diferenças absolutas</i> | | |
| Emprego (1.000) | 0 | 0 |
| Saldo orçamentário (% do PIB) | 0 | 0 |
| Saldo corrente (% do PIB) | 0,25 | 0 |

FORNTE: Bureau Central de Planejamento da Holanda (1989) e estimativas próprias. Ambas as colunas incluem os efeitos do uso integral do espaço para manobra orçamentária (redução de impostos), apesar de esta última ser pequena (e.g., 0,3% do PNB da CE) [cf. Bakhtoven (1989)].

tido tempo de se manifestar inteiramente e em parte porque os choques não foram introduzidos completamente. Os efeitos para 1994 devem ser, portanto, considerados como se situando em algum ponto entre os efeitos iniciais e os do terceiro ano do relatório Cecchini, que partiu da hipótese de que o mercado interno estaria concluído desde o início das simulações. Esta conclusão está ilustrada na Tabela 5, que compara os resultados para a Irlanda em 1994 aos dos primeiros três anos para a CE, segundo os cálculos do relatório Cecchini. A única variável cujo comportamento diverge, num sentido negativo, daquela relativa à média para a CE é o saldo em conta corrente, que se torna negativo. Segundo O'Sullivan (1989, p. 61), isto se deve a um surto temporário de importações, para fazer face à expansão do investimento industrial. Outro resultado digno de nota é a evolução lenta dos salários reais, em relação à da produtividade da mão-de-obra, e as conseqüências positivas para o emprego daí decorrentes. É difícil concluir, com base na Tabela 5, que um país periférico como a Irlanda poderia de fato beneficiar-se mais da conclusão do mercado interno que os países membros centrais. O que parece sobressair, contudo, é que a economia irlandesa não deverá perder com o processo de integração (como se afirma, algumas vezes, com relação às economias periféricas) e que, como no caso da Holanda, as hipóteses sobre o comportamento dos salários reais com relação aos ganhos de produtividade são cruciais para os efeitos finais sobre o emprego.

A importância das suposições acerca do comportamento dos salários é também enfatizada pelo Conselho Econômico Dinamarquês (Det Oekonomiske Råd (1989)]. Com base em suas próprias hipóteses "realistas" acerca dos efeitos do mercado interno sobre a Dinamarca, três variantes são apresentadas, cada qual com hipóteses diferentes sobre a provável evolução dos salários nominais (cf. Tabela 6). O cenário com os salários nominais cons-

TABELA 5

Efeitos macroeconômicos da integração do mercado interno para a Irlanda em 1994 comparados aos efeitos médios iniciais para a CE com base no relatório Cecchini

| | Irlanda (1994) | CE | | |
|--|-------------------|-------|-------|-------|
| | | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 |
| <i>Diferenças percentuais</i> | | | | |
| Produto interno bruto | 1,8 | 1,1 | 2,3 | 3,2 |
| Deflador do consumo privado | -1,1 | -1,6 | -2,7 | -3,7 |
| Salários reais | 0,3 | 0,8 | 0,8 | 1,1 |
| Produtividade da mão-de-obra | 1,2 | 1,6 | 2,4 | 2,7 |
| Emprego | 0,7 | -0,4 | -0,0 | 0,5 |
| <i>Diferenças absolutas</i> | | | | |
| Saldo orçamentário (% do PIB) ^a | 0,5 | 0,1 | 0,7 | 1,2 |
| Saldo corrente (% do PIB) ^a | -0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,6 |

FONTE: O'Sullivan (1989) e estimativas próprias para a Irlanda; e Catinat, Donni e Italianer (1988) para a CE. Os resultados para a Irlanda incluem os efeitos da harmonização dos impostos indiretos (+ 0,1% do PIB em 1994).

^a % do PNB para a Irlanda.

tantes é igual ao cenário com a estimativa "realista" do caso-base. Este último usa as hipóteses de Cecchini para as barreiras de custo direto mas exclui, por razões não explicitadas, as relativas a economias de escala ou outros efeitos da integração do mercado. Sendo este cenário baseado, em parte, num choque de produtividade dos fatores de 2,4%, estes últimos podem ser considerados como quase completamente absorvidos pelo aumento dos salários reais de 1,9%. Os cenários B e C, com aumentos reais de salários de 1,5 e 1,0%, respectivamente, mostram o papel crucial da moderação do salário real na sua influência sobre o desemprego e componentes do PIB que não o consumo privado.²

² Como se pode ver na Tabela 3, a natureza da relação entre a moderação do salário real e a criação de empregos não é singular, dependendo, *inter alia*, do tamanho do efeito da curva de Phillips.

4 — O impacto setorial

Embora tenha sido demonstrado nas seções anteriores que o programa de mercado interno acarreta conseqüências de magnitude macroeconômica, sua principal influência como programa desregulador irá ser sentida ao nível setorial. Dados diferentes graus iniciais de desregulamentação e de liberalização, setores serão afetados e transformados de maneiras muito diferentes e em graus diversos.

TABELA 6

Efeitos das diferentes hipóteses salariais em uma estimativa “realista” das conseqüências do mercado interno para a Dinamarca — diferenças percentuais em relação à linha básica, exceto quando indicado

| | Ano 0 | Média anos 1 — 5 | Média anos 6 — 10 |
|---|-------|---------------------|----------------------|
| <i>A — Salário nominal sem mudança</i> | | | |
| Produto interno bruto ^a | 0,2 | 0,8 | 1,2 |
| Consumo privado | 0,2 | 1,2 | 1,7 |
| Deflator do consumo privado | -1,1 | -1,9 | -1,9 |
| Saldo corrente (% do PIB) | -0,3 | -0,5 | -0,5 |
| Desemprego (1.000) | 22 | 16 | 10 |
| <i>B — 1% de redução do salário nominal, CE incluindo Dinamarca</i> | | | |
| Produto interno bruto ^a | 0,2 | 1,1 | 1,5 |
| Consumo privado | 0,0 | 1,0 | 1,5 |
| Deflator do consumo privado | -1,4 | -2,5 | -2,5 |
| Saldo corrente (% do PIB) | -0,3 | -0,5 | -0,4 |
| Desemprego (1.000) | 21 | 11 | 4 |
| <i>C — 2% de redução do salário nominal na Dinamarca; 1% no resto da CE</i> | | | |
| Produto interno bruto ^a | 0,3 | 1,5 | 1,9 |
| Consumo privado | -0,2 | 0,8 | 1,3 |
| Deflator do consumo privado | -1,7 | -3,1 | -3,0 |
| Saldo corrente (% do PIB) | -0,2 | -0,2 | 0,0 |
| Desemprego (1.000) | 19 | 2 | -5 |

FONTE: Det Økonomiske Råd (1989, p. 89).

^a Ao custo de fatores.

Parece que foram seguidas três abordagens diferentes a fim de analisar o impacto setorial do mercado interno: a abordagem *horizontal*, analisando-se, para um setor (p. ex., telecomunicações) ou tópico determinado (p. ex., economias de escala), as implicações sobre um ou mais países membros; a abordagem *vertical*, onde são investigados os efeitos sobre todos os setores de um determinado país ou região; e, finalmente, uma metodologia *matricial* pode ser utilizada, na qual diversos setores e países são considerados simultaneamente, em sua base comparável.

A abordagem *horizontal* foi seguida na maior parte das contribuições para a pesquisa do "custo da não-Europa", conforme indica a lista de relatórios na Comissão da CE (1988a), e desde então tem sido usada também para outros estudos, como, por exemplo, sobre serviços financeiros [cf. Van den Bempt e Quintyn, eds. (1989)] ou sobre os efeitos de bem-estar da reestruturação com concorrência imperfeita e economias de escala em Portugal e Espanha [cf. Corado e Leite (1989)]. Esta abordagem tem a vantagem de poder levar em conta as características individuais de determinado setor e poder adaptar sua metodologia de acordo com elas. Embora isto permita que se obtenham resultados que servem às necessidades de um único setor ou área problemática, não permite de modo geral que se tirem conclusões que possam ser comparadas entre setores. Do ponto de vista da política econômica, isto pode ser subótimo, como no caso em que um certo setor é fraco com relação a seus concorrentes estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, é forte se comparado com outros setores do mesmo país, devendo, portanto, ser estimulado.

Obviamente, este problema não é resolvido através do uso da abordagem *vertical*, que simplesmente dá uma virada de 90 graus no problema. No caso desse tipo de abordagem, é preciso achar um denominador comum, por meio do qual os efeitos do mercado interno possam ser comparados intersetorialmente. Um exemplo desta abordagem são os resultados setoriais relativos à produção e ao emprego conforme a simulação do Bureau Central de Planejamento da Holanda (1989). Como mostra a Tabela 7, a liberalização dos serviços de transporte e financeiros sugerida pelo "White Paper" teria efeitos particularmente positivos sobre a produção nos setores correspondentes dentro da Holanda, mas implicaria efeitos negativos sobre o emprego nestes setores, o que é uma informação importante em matéria de política. No entanto, esta informação nada diz sobre a evolução em setores semelhantes nos outros países, deixando assim de ter uma dimensão internacional.

As abordagens macroeconômicas e microeconômicas aplicadas ao relatório Cecchini são exemplos de abordagens *matriciais*. Os modelos setoriais usados para as simulações macroeconômicas foram de natureza relativamente agregada (nove setores) e, além disso, não foram aplicados a todos os países e todos os exercícios de simulação. Assim, isto iria fornecer um quadro internacional/intersectorial que seria demasiado incompleto e de feição excessivamente agregada, para que se possam tirar conclusões sensatas, a um nível setorial detalhado. A abordagem microeconômica oferece mais peso neste sentido. A Tabela 8 mostra, na coluna 1, os ganhos de bem-estar da EUR 7 relativos a 37 setores, segundo foi publicado no relatório Cecchini

(média do mínimo e do máximo), expressos como uma percentagem da produção final (valor adicionado). Os setores mais afetados, em termos de ganhos de bem-estar, são os de bens intermediários e equipamentos, com ganhos variando de 12% até mais de 20% (com exceção dos produtos metálicos básicos: 7,4%).

TABELA 7

Indicador^a dos efeitos na produção e no emprego setoriais dos Países Baixos devidos à CE '92

| | Volume da produção | Emprego |
|--|--------------------|---------|
| Agricultura | (+) | 0 |
| Alimentos, bebidas e fumo | + | + |
| Têxteis e vestuário | ++ | + |
| Produtos químicos | ++ | + |
| Metais | ++ | + |
| Outros produtos manufaturados | + | + |
| Mineração e pedreiras | (+) | 0 |
| Refino de petróleo e serviços públicos | + | 0 |
| Construção civil | (+) | + |
| Comércio | ++ | + |
| Tráfego e transporte | +++ | -- |
| Outros serviços terciários | ++ | -- |
| Total de todas as empresas | + | 0 |

FOENTE: Bureau Central de Planejamento da Holanda (1988).

^a Com base no efeito cumulativo após seis anos. Os efeitos na produção são todos positivos. Um sinal + indica um efeito da mesma ordem de magnitude para o total das empresas. Um sinal (+) indica um efeito relativamente pequeno, etc. Os efeitos no emprego são nulos para o total das empresas. Os desvios setoriais explicam-se por si mesmos.

Quanto aos bens de consumo, os ganhos são um tanto menores em média, variando entre 4 e 14%. Nos setores de serviços, os maiores ganhos de bem-estar (12%) vieram do setor de serviços financeiros, pois para a maioria dos outros setores estes ganhos não passaram da média da Comunidade (5,2%). Estes resultados mostram os enormes impactos potenciais, a nível setorial, que não aparecem no agregado macroeconómico devido às participações relativamente altas dos setores de construção, comércio atacadista e varejista, hotelaria e restaurantes, aluguéis e serviços não comercializáveis (representando juntos 52% da produção final), que quase não são afetados.

O tamanho dos ganhos de bem-estar indica se um determinado setor sofrerá mudanças devido ao mercado interno e, se for o caso, se estas serão relativamente grandes. No entanto, para um setor específico, esta aborda-

TABELA 8

Comparação dos ganhos de bem-estar e setores sensíveis, EUR7

| NACE-CLIO (R44) Ramos | Grupos NACE | Descrição | Ganhos de bem-estar (%) | Setores sensíveis | Participação no produto final em 1985 |
|-----------------------------|----------------|--|-------------------------------|----------------------|---|
| <i>Bens</i> | | | | | |
| 01 | | Produtos agrícolas, florestais e da pesca | 6,9 | | 1,20 |
| 03 | | Carvão, linhito (carvão cinzento) e briquetes | 2,6 | | 0,13 |
| 05 | | Produtos da coqueificação | 0 | | 0,03 |
| 07 | | Petróleo bruto, gás natural e produtos do petróleo | 3,5 | | 2,33 |
| 09 | | Energia elétrica, gás, vapor e água | 6,5 | | 1,87 |
| 11 | | Produção e processamento de materiais e minérios radioativos | 0 | | 0,06 |
| 13 | | Minérios e metais ferrosos e não-ferrosos, não-radioativos | 15,8 | | 0,54 |
| 15 | | Produtos de minerais não-metálicos | 12,4 | | 0,49 |
| | 247 | — Vidro (placa,oco, técnico, fibra de vidro) | | 4 | |
| | 248 | — Produtos de cerâmica | | 4 | |
| 17 | | Produtos químicos | 17,5 | | 2,33 |
| | 251 | — Produtos químicos básicos | | 4 | |
| | 256 | — Outros produtos químicos, principalmente para usos industriais e agrícolas | | 4 | |
| | 257 | — Produtos farmacêuticos | | 2 | |
| 19 | | Produtos metálicos exceto maquinaria e equipamentos de transporte | 7,4 | | 1,63 |
| | 315 | — Produtos de caldearia | | 2 | |
| 21 | | Maquinaria industrial e agrícola | 12,3 | | 3,45 |
| | 321 | — Maquinaria agrícola e tratores | | 4 | |
| | 322 | — Máquinas-ferramenta para ferramentas de usinar metais e equipamentos para maquinaria | | 4 | |
| | 323 | — Máquinas têxteis e acessórios, máquinas de costura | | 4 | |
| | 324 | — Maquinaria para indústria de alimentos e química: engarrafamento, | | | |

(continua)

| NACE-CLIO (R44) Ramos | Grupos NACE | Descrição | Ganhos de bem-estar (%) | Setores sensíveis | Participação no produto final em 1985 |
|-----------------------------|----------------|--|-------------------------------|----------------------|---|
| | | empacotamento, embrulhar e ma- quinaria de usinagem de borracha e plásticos | | 4 | |
| | 325 | — Equipamento de mineração, maqui- naria e equipamento para metalur- gia, para preparo de material de construção, para construção, para manuseio mecânico e para levanta- mento | | 4 | |
| | 326 | — Engrenagens e outros equipamentos de transmissão | | 4 | |
| | 327 | — Maquinaria para trabalhar madei- ra, couro e calçado, equipamento para lavanderia e lavagem a seco | | 4 | |
| 23 | | Máquinas de escrever e de processa- mento de dados: instrumentos de precisão e óticos | 21,4 | | 1,06 |
| | 330 | — Máquinas de escrever e de proces- samento de dados | | 1 | |
| | 340 | — Equipamento médico-cirúrgico | | 1 | |
| 25 | | Produtos elétricos | 20,8 | | 2,84 |
| | 341 | — Fios e cabos isolados | | 3 | |
| | 342 | — Motores elétricos, geradores, cha- ves, etc. | | 3 | |
| | 344 | — Equipamento de telecomunicação, medidores e equipamento de medi- ção, equipamento eletro-médico | | 1 | |
| | 345 | — Equipamento eletrônico, aparelhos de rádio e televisão, equipamento de reprodução e gravação, discos e fitas pré-gravados | | 4 | |
| | 346 | — Aparelhos eletrodomésticos | | 4 | |
| | 347 | — Lâmpadas elétricas e outras formas de iluminação elétrica | | | |
| 27 | | Veículos a motor | 14,9 | | 3,58 |
| | 351 | — Veículos a motor e motores | | 4 | |
| 29 | | Outros equipamentos de transporte | 18,9 | | 0,87 |
| | 361 | — Barcos, navios, belonaves, reboca- dores, plataformas flutuantes para petróleo, materiais de sucateamen- to de barcos | | 3 | |

(continua)

| NACE-CLIO (R44) Ramos | Grupos NACE | Descrição | Ganhos de bem-estar (%) | Setores sensíveis | Participação no produto final em 1985 |
|-----------------------------|----------------|---|-------------------------------|----------------------|---|
| | 362 | — Locomotivas, material rodante ferroviário e de rua, furgões e vagões | | 2 | |
| | 364 | — Aviões, helicópteros, <i>hover-crafts</i> , mísseis, veículos espaciais e outros equipamentos espaciais | | 4 | |
| 31 | | Carnes, preparados e conservas de carne, outros produtos de animais abatidos | 5,0 | | 1,30 |
| 33 | | Leite e laticínios | 6,3 | | 1,47 |
| 35 | | Outros produtos alimentares | 6,3 | | 3,00 |
| | 417 | — Alimentos em pasta | | 3 | |
| | 421 | — Cacau, chocolate, doces, sorvetes | | 3 | |
| 37 | | Bebidas | 5,9 | | 0,93 |
| | 425 | — Champanha, vinhos espumantes, aperitivos com base em vinho | | 2 | |
| | 427 | — Malte, cervejas, fermento | | 2 | |
| | 428 | — Águas minerais, refrigerantes | | 2 | |
| 39 | | Produtos do fumo | 4,4 | | 1,14 |
| 41 | | Têxteis e vestuário | 4,3 | | 2,53 |
| | 431 | — Indústria da lã | | 4 | |
| | 432 | — Indústria do algodão | | 4 | |
| | 438 | — Tapetes, oleados, linóleo e outros tecidos recobertos | | 4 | |
| | 453 | — Vestuário pronto | | 4 | |
| | 455 | — Roupa de mesa, de cama, cortinas, tecidos para paredes e toldos, velas, bandeiras, sacos | | 4 | |
| 43 | | Couros, produtos de couro e peles, calçados | 6,9 | | 0,63 |
| | 461 | — Calçados | | 4 | |
| 45 | | Madeira, produtos de madeira e móveis | 4,7 | | 1,07 |
| 47 | | Papel e produtos de impressão | 13,7 | | 0,94 |
| 49 | | Produtos de borracha e de plásticos | 12,9 | | 0,45 |
| | 481 | — Produtos de borracha | | 4 | |

(continua)

| NACE-CLIO (R44) Ramos | Grupos NACE | Descrição | Ganhos de bem-estar (%) | Setores sensíveis | Participação no produto final em 1985 |
|-----------------------------|----------------|--|-------------------------------|----------------------|---|
| 51 | | Outros produtos manufaturados | 10,5 | | 0,46 |
| | 491 | — Jóias preciosas e de imitação, produtos de ourivesaria e de prata, elaboração de pedras preciosas e semipreciosas, corte e polimento de diamantes, cunhagem de moedas e medalhas | | 4 | |
| | 493 | — Produtos para impressão e revelação de filmes cinematográficos e fotográficos | | 4 | |
| | 494 | — Jogos, brinquedos, produtos esportivos | | 4 | |
| 53 | | Material de construção | 2,2 | | 8,74 |
| | | <i>Serviços de mercado</i> | | | |
| 57 | | Comércio atacadista e varejista | 1,3 | | 11,44 |
| 59 | | Serviços de hotelaria e de restaurante | 1,8 | | 3,46 |
| 61 | | Serviços de transportes terrestres | 4,9 | | 1,15 |
| 63 | | Serviços de transportes marítimo e aéreo | 4,5 | | 1,15 |
| 65 | | Serviços auxiliares de transporte | 2,4 | | 0,21 |
| 67 | | Serviços de comunicações | 6,1 | | 0,96 |
| 69 | | Serviços de instituições de crédito e de seguros | 12,3 | | 3,03 |
| 55 + 71 + | | | | | |
| 75 + 77 + | | | | | |
| 79 | | Outros serviços de mercado | 4,0 | | 5,19 |
| 73 | | Serviços de aluguel de bens imóveis | 0,8 | | 7,37 |
| 81 + 85 + | | | | | |
| 89 + 93 | | <i>Serviços fora do mercado</i> | 1,1 | | 20,98 |
| | | Total | 5,2 | | 100 |

FONTES: Coluna 1 calculada com base em Comissão da CE (1988a, Tabela A.3), média das colunas X e XI, expressas como participação da produção final de Cawley e Davenport (1988, Tabela A.1), que é também fonte da coluna 3; para a coluna 2, cf. Buigues e Itzkovitz (1988a); para explicação das categorias, ver texto.

gem oferece um pouco mais que o conhecimento de que “algo irá acontecer”. Portanto, um complemento muito útil a este método é o oferecido pelo método aplicado por Buigues e Ilzkovitz (1988a), que, baseados em uma série de características, como a importância de barreiras não-tarifárias, dispersão dos preços entre países, possibilidade de economias de escala, grau de concentração, crescimento da demanda e grau de abertura ao comércio dentro da CE, apresentam, por meio de uma classificação de dupla entrada, quatro diferentes categorias de setores que têm possibilidades de serem afetados pelo mercado. Todos estes setores são caracterizados por um alto nível de barreiras não-tarifárias, por meio de procedimentos para compras públicas ou normas técnicas diferentes. Baseada em dados detalhados de setores (NACE 3 dígitos) para os países não-periféricos da Comunidade (EUR7), a análise fornece um raio X representativo de cada setor da Comunidade, com relação a seus pontos fortes e fracos. O Grupo 1 caracteriza-se por uma proporção relativamente alta de penetração de importações dentro da CE e um nível baixo de dispersão de preços. Estes são os setores de alta tecnologia, associados à liberalização das compras públicas (automação, telecomunicações, equipamento médico). O Grupo 2 tem um nível baixo de penetração de importações dentro da CE e um nível alto de dispersão de preços e abrange indústrias mais tradicionais, protegidas por serem “campeãs nacionais” (caldeiras, equipamento ferroviário, produtos farmacêuticos). Os setores do Grupo 3 têm também um baixo grau de dispersão de preços e dizem respeito a setores que estão passando por grande reestruturação (construção naval, equipamento elétrico e eletrônico, certas indústrias de processamento de alimentos). O Grupo 4 é o maior, com uma penetração de importações muito forte, mas uma dispersão de preços um tanto alta, devido à existência de barreiras técnicas e administrativas. Estes setores (muitos deles de bens de consumo) serão afetados principalmente no segmento final (redes de distribuição), por causa de intensificação da concorrência. A Tabela 8 dá a lista dos setores sensíveis, com as categorias às quais pertencem. Pode-se ver que, com exceção dos têxteis, os setores sensíveis estão todos incluídos nos ramos NACE-CLIO R44, com ganhos de bem-estar acima da média. Embora por motivos inteiramente diferentes, os setores dos Grupos 1 e 3 pertencem todos a ramos com ganhos de bem-estar de cerca de 20%.

As características das posições dos setores nacionais podem ser obtidas com base em características semelhantes e outras, como já foi feito para a Bélgica [cf. Buigues e Ilzkovitz (1988b)] e futuramente o será para os outros países da Comunidade.

5 — Implicações externas

Para um observador de fora, a integração do mercado interno pode ter conseqüências negativas se for acompanhada de desvios de comércio. Na teoria clássica da integração econômica, o desvio de comércio ocorre se,

através da formação de uma união alfandegária, a tarifa externa comum dos países que compõem a união implica que os produtos que eram importados de fora da união, pela tarifa anterior, passam a ser importados dentro da união. Nas análises empíricas dos efeitos da integração econômica, supõe-se geralmente que o desvio de comércio ocorra se o valor das importações de fora da união alfandegária decresça após a formação desta [cf. Pelkmans (1984)]. O programa do mercado interno não trata de barreiras tarifárias, e sim de desmantelamento de barreiras não-tarifárias (BNT) dentro da Comunidade. Do ponto de vista conceitual, isto não é muito diferente do caso clássico de integração e não é, portanto, nenhuma surpresa o fato de os cálculos de equilíbrio parcial do custo direto das barreiras (que seguem as linhas da teoria clássica da integração) mostrarem decréscimos nas importações extracomunitárias de 2 a 2,5% para o estágio 1 dos cálculos diretos de custo (barreiras afetando o comércio) e de 5,5 a 7,5% para o estágio 2 (barreiras afetando a produção), apresentando em conjunto uma faixa de 8 a 10,5% [cf. Comissão da CE (1988a, pp. 180-2)].

O decréscimo das importações de fora da Comunidade, implícito nos cálculos diretos e estáticos de custos, poderá ser menos significativo se olhado no contexto do crescimento econômico causado por efeitos indiretos da integração do mercado, a qual também beneficiará produtores de fora da Comunidade. Finalmente, embora o comércio dentro da Comunidade venha a se expandir muito mais rapidamente, as simulações macroeconômicas do relatório Cecchini parecem sugerir que as importações de fora da Comunidade também poderiam crescer [cf. Italianer e Vanheukelen (1989, p. 334, notas)].

O efeito inicial de redução do comércio com a remoção das barreiras e os aumentos de demanda estimuladores de comércio, provocados pelos efeitos indiretos da integração, levaram a reações díspares por parte dos principais parceiros comerciais da Comunidade. As reações positivas são associadas ao aumento da atividade econômica, oferecendo oportunidades aos exportadores de fora da CE junto ao mercado global da mesma [para a posição americana, cf. Calingaert (1988, p. 82)]. Estas reações vêm principalmente da parte de países industrializados, que estão bem equipados para concorrer dentro da Comunidade, embora tenha sido estimado que a taxa de crescimento do valor das exportações dos países em desenvolvimento, em consequência da integração do mercado interno, poderia aumentar permanentemente em 1% [cf. Kol (1989)].³

Para os países não-europeus, a atitude com relação à derrubada das BNT dentro da Comunidade é, *per se*, de pouco caso: não se pode negar a um grupo de países o direito de continuar com sua integração econômica interna; e, desde que isto resulte no aumento da atividade econômica, os efeitos de desvio de comércio poderiam ser compensados em parte ou totalmente. Os países da European Free Trade Association (EFTA) encaram as medidas

³ Este cálculo especial parece, entretanto, estar cercado por incerteza, de vez que supõe: a) um aumento permanente na taxa de crescimento da Comunidade; e b) nenhum efeito nos preços relativos.

para a maior integração da Comunidade sob um ângulo diferente: embora o grau de integração comercial entre a EFTA e a Comunidade tivesse sido mais ou menos comparável através de seu acordo de livre comércio, o movimento acelerado em direção à integração dentro da Comunidade é considerado custoso para eles [cf. Krugman (1988) e Pintado *et alii* (1988)]. Em consequência, no contexto do Espaço Econômico Europeu, acordado entre a EFTA e a Comunidade em 1984, estão sendo estudados os meios por meio dos quais os países da EFTA possam participar de algum modo do mercado interno. As negociações recentemente concluídas entre a Comunidade e a Suíça sobre o mútuo acesso de seus mercados às companhias de seguro (excluído o de vida) poderiam servir de exemplo a uma participação deste tipo ou servir como um modelo para acordos na área de serviços, dentro do esquema das negociações multilaterais do GATT, se for o caso. Separadamente, cada país da EFTA poderia requerer a entrada como membro da Comunidade, como fez a Áustria em julho de 1989. O "custo" de não ser membro, sugerido pelos benefícios do mercado interno e do *status* de membro para o país, foi simulado por Breuss e Schebeck (1989), conforme a Tabela 9. Ao contrário das conclusões a que chegaram Krugman (1988) e Pintado *et alii* (1988), suas simulações sugerem que os efeitos do mercado interno seriam inequivocamente positivos para a Áustria, mesmo que não se tornasse membro.

Considerando-se que as simulações são baseadas no relatório Cecchini, é um tanto surpreendente que se tenha encontrado um efeito positivo no saldo de conta corrente no cenário de *status quo*. Um exame mais minucioso dos dados usados para esta simulação revela que se supôs que as

TABELA 9

Conseqüências macroeconômicas de médio prazo da integração do mercado interno para a Áustria, sendo ou não membro da Comunidade

| | <i>Status quo</i> | Integração |
|---|-------------------|------------|
| <i>Diferenças percentuais</i> | | |
| Produto interno bruto | 1,6 | 3,5 |
| Deflator do consumo privado | -1,6 | -5,2 |
| Deflator do PIB | -1,2 | -5,2 |
| Renda real disponível das unidades familiares | 1,7 | 4,0 |
| Produtividade da mão-de-obra | 0,8 | 1,9 |
| Emprego | 0,7 | 1,5 |
| <i>Diferenças absolutas</i> | | |
| Emprego (1.000) | 21 | 43 |
| Saldo orçamentário (% do PIB) | 0,4 | -1,1 |
| Saldo corrente (% do PIB) | 0,8 | -1,3 |

FORTE: Breuss e Schebeck (1989). O cenário de integração contém os efeitos do mercado interno e as conseqüências orçamentárias de se tornar membro, incluindo suposições sobre a harmonização dos impostos indiretos.

exportações reais líquidas aumentariam, ao contrário do que está implícito nas simulações Cecchini para os países não pertencentes à Comunidade, em sua média, resultado este que foi confirmado por Bakhoven (1989), por exemplo.

A posição de neutralidade de países como os Estados Unidos e o Japão em relação ao dismantelamento das BNT dentro da Comunidade foi ameaçada pelos temores de um aumento nas barreiras contra países não pertencentes à Comunidade [cf. Henderson (1989)]. Estes receios diziam respeito principalmente a dois problemas. O primeiro é relativo à questão de ser ou não possível manter no mercado interno controles de fronteira dentro da Comunidade, contrariando o Artigo 115 do Tratado da CEE, de forma a impor as quotas nacionais de importação remanescentes. Os principais setores expostos a estes problemas são os automóveis e os têxteis (sujeitos ao Acordo Multifibras). Frequentemente, é expresso o receio de que as restrições quantitativas nacionais existentes seriam transformadas em restrições no âmbito de toda a Comunidade, o que possivelmente seria muito mais sério que a média das restrições existentes. Mesmo não se atentando para a desejabilidade de novas restrições no âmbito da Comunidade (p. ex., certos Comissários já expressaram a opinião de que as restrições relativas aos carros irão desaparecer no longo prazo), estas seriam difíceis de defender no contexto do GATT, sendo portanto difícil de imaginar como as restrições existentes se converteriam para uma escala global na Comunidade. A segunda questão dizia respeito à liberalização dos setores de serviços — especialmente os financeiros — ou, de modo mais geral, aos problemas de tratamento nacional e de reciprocidade. Atualmente, os países da Comunidade concedem uns aos outros um tratamento nacional na área de serviços (Art. 58-66 CEE). Progressivamente, o princípio de tratamento nacional irá sendo substituído pelo de reconhecimento mútuo, combinado com o estabelecimento de regras mínimas de precaução, aplicáveis a toda a Comunidade. No exemplo até agora mais discutido, a segunda Diretriz Bancária, o aumento da oportunidade para bancos de terceiros países exercerem suas atividades em toda a Comunidade, bastando estabelecer-se em um único país, foi vinculado inicialmente ao acesso equivalente dos bancos da Comunidade no país do banco procurando a penetração (reciprocidade). Na versão final da Diretriz, na qual o Conselho chegou a uma “posição comum” em julho de 1989, a falta de acesso efetivo ao mercado dos bancos de países da Comunidade comparável ao concedido pela Comunidade aos bancos daquele terceiro país não é mais um empecilho ao acesso destes últimos, mas seria uma razão para a abertura de negociações com a finalidade de se obterem oportunidades competitivas comparáveis. Só no caso de a ausência de acesso efetivo ao mercado ser acompanhada pela ausência de tratamento nacional poderia haver motivo para, além da abertura das negociações, impor um limite temporário ou suspender requerimentos futuros ou em tramitação para licença bancária. Além disso, não deveria haver nenhuma medida com efeito retroativo. Esta última cláusula e a abordagem mais prudente para com o problema dos benefícios mútuos removeram boa parte do medo relativo a possíveis aumentos das BNT para fora, lado a lado com a liberalização interna.

6 — Efeitos dinâmicos

Uma das fontes possíveis de subestimativa dos ganhos de bem-estar, conforme os cálculos do relatório Cecchini, são os efeitos dinâmicos, tais como o aumento da concorrência no caso da inovação e do progresso tecnológico. Um outro efeito dinâmico, no contexto do modelo de crescimento neoclássico de Solow, é que os aumentos de eficiência, que formam a base dos ganhos de bem-estar na análise de equilíbrio parcial, exercem uma influência positiva sobre a poupança e o investimento e, portanto, sobre o nível do estado estacionário do estoque de capital. Isto significa que o efeito inicial, de estática comparativa, sobre a produção será suplementado pelo efeito indireto obtido através da elevação do nível do estado estacionário do estoque de capital. Baldwin (1989) tentou quantificar estes aumentos adicionais de produção, a partir de acréscimos estáticos (comparativos), que foram calculados no relatório Cecchini como se situando entre 2% (custo direto das barreiras) e 6,5% (custo direto mais efeito de integração).

O fator pelo qual os acréscimos de produção estáticos têm de ser multiplicados nos modelos usados por Baldwin depende de um parâmetro crucial: a elasticidade da produção com relação ao estoque de capital numa função de produção do tipo Cobb-Douglas, com retornos não-constantemente de escala. Quanto mais a elasticidade exceder o valor da participação tradicional do capital na literatura de contabilidade de crescimento (digamos 0,3), maior será o multiplicador. Enquanto a elasticidade produto/capital for inferior a um, não há influência dos ganhos de eficiência no mercado interno sobre a taxa de crescimento de longo prazo. Os efeitos dinâmicos simplesmente multiplicam os ganhos estáticos até que seja alcançado o novo nível de estado estacionário. Este efeito adicional é o que Baldwin chama de "bônus de crescimento de médio prazo". No caso especial em que a elasticidade produto/capital for igual a um, existe porém um aumento na taxa de crescimento de longo prazo da economia.

Em Baldwin (1989), observa-se que, mesmo que a elasticidade produto/capital seja igual à participação do capital vista pela literatura de contabilidade de crescimento (o que corresponde à ausência de economias de escala), o efeito produto estático tem de ser aumentado em mais de 40%, para que alcance o novo nível de estado estacionário. Com base em diferentes estimativas, entretanto, ele chega a encontrar um limite superior para o bônus de crescimento de médio prazo de 3.900%. Para o total de ganhos de bem-estar (estáticos e dinâmicos) da conclusão do mercado interno, isto significa uma variação entre 2,8% (2% multiplicados por 1,4) e 260% (6,5% multiplicados por 40). No caso especial da elasticidade produto/capital igual a um, Baldwin descobre aumentos possíveis na taxa de crescimento de longo prazo entre 0,28 e 0,92 pontos percentuais.

Com base em um modelo mais completo, Baldwin (1989) calculou também os efeitos dinâmicos para quatro países da Comunidade. As variações para estes bônus de crescimento de médio prazo são dadas na Tabela 10. De acordo com estes resultados, os ganhos estáticos de bem-estar contidos na análise microeconômica do relatório Cecchini teriam de ser aumentados em

pelo menos 25%, de modo a se poder obter o efeito total (estático mais dinâmico).

É preciso salientar que os resultados de Baldwin foram obtidos no contexto do modelo de crescimento neoclássico, que pressupõe a plena utilização de recursos no estado estacionário. Em consequência, devem ser encarados como se somando aos efeitos "potenciais" do mercado interno e, de modo especial, num contexto de médio prazo, como o ajuste no sentido de um nível maior de produto no estado estacionário. Contudo, mesmo considerando o limite inferior destas estimativas, elas parecem ser um forte argumento para se afirmar que os resultados de Cecchini são uma subestimativa dos efeitos totais (estáticos mais dinâmicos).

TABELA 10

Aumento no efeito estático sobre o PIB necessário para alcançar novo nível de estado estacionário (bônus de crescimento de médio prazo) — percentagens

| | B | D | F | PB | RU |
|-----------------|-----|-----|----|-----|----|
| Limite inferior | 38 | 36 | 30 | 35 | 24 |
| Limite superior | 136 | 129 | 80 | 124 | 93 |

FONTE: Baldwin (1989).

7 — Observações finais

Deve-se concluir, como sugere Kay (1989), que o significado real de "1992" encontra-se no impacto psicológico (*hype*) e não no programa em si? Obviamente, o programa do mercado interno é voltado para a oferta, e não para a demanda. Ao contrário deste último caso, seus efeitos serão produzidos pelo setor privado, em vez do setor público (exceto em seu papel de comprador de bens), com ênfase nas oportunidades oferecidas às empresas, por meio de um melhor acesso ao mercado e uma concorrência mais acirrada. Para que o setor privado reaja de acordo com as linhas descritas no relatório Cecchini, é necessário que o programa do mercado interno tenha credibilidade. Somente neste caso os agentes econômicos irão ajustar suas expectativas e mudar seu comportamento. A credibilidade do programa depende da determinação com a qual for implementado e as implicações econômicas que representa. A vontade política forte, expressa na Lei da Europa Unificada (Single European Act), no sentido de concluir com sucesso o mercado interno, e os resultados colhidos nos últimos 18 meses são prova suficiente da determinação com que é seguida a implementação do

projeto. A literatura "pós-Cecchini" examinada neste trabalho demonstrou que, mesmo que se calculem efeitos econômicos "realistas", e não os "potenciais", ainda assim eles continuam a possuir significado macroeconômico. Aliado ao fato de "1992" talvez ter exercido uma influência não desprezível sobre o comportamento dos agentes econômicos, tanto em 1988 como em 1989, parece correto concluir que o próprio programa tem ganho credibilidade neste último ano e meio.

Esta conclusão não quer dizer que toda a potencialidade do mercado interno já se tenha transformado em realidade, nem que as implicações deste mercado sejam as mesmas para cada setor ou para cada país, dentro ou fora da Comunidade. Isto assinala a importância do papel das políticas correlacionadas. Ao nível *microeconômico*, o funcionamento correto dos mercados de produtos e de fatores deveria ser assegurado por uma forte política de concorrência, o desenvolvimento da dimensão social do mercado interno e medidas para combater movimentos de capital induzidos somente pela evasão tributária. Ao nível macroeconômico, as medidas progressivas na direção de uma União Econômica e Monetária abrem espaço para uma zona mais ampla de estabilidade monetária e oferecem a perspectiva, através de uma maior coordenação, de um passo à frente para uma situação de pleno emprego de recursos, somando-se assim aos ganhos dinâmicos do mercado interno. Do lado *distributivo*, as regiões mais pobres da Comunidade poderiam ser apoiadas para obter uma posição competitiva justa, e os processos de reestruturação poderiam ser facilitados através do uso de fundos estruturais duplicados. Ao nível *internacional*, o programa de liberalização da Comunidade pode conter elementos (p. ex., tratamento nacional para os serviços) que serviriam de exemplo em negociações multilaterais, tais como na rodada do GATT no Uruguai. Além disso, pode servir de estímulo a uma maior integração com os principais parceiros comerciais da Comunidade. Visto desta maneira, o mercado interno contribuiria mais para a liberalização do comércio internacional do que como uma ameaça à mesma. Dado seu alto grau de interdependência com o resto do mundo, este papel da Comunidade parece não apenas ser sua própria opção, como também ser de seu próprio interesse.

Abstract

The purpose of the paper is to provide a concise, but by no means exhaustive overview of the post-Cecchini report literature on the economic implications of the European internal market. The Cecchini report was the first attempt at global quantification of the "Cost of Non-Europe", which in terms of integration theory, may be put equivalent to the gains from further integration. Two strands of research may be distinguished: a) the analysis and conclusions contained in the report; and b) identification of "white spots" on the report, subjects which due to lack of information or resources were not extensively covered in the report. Here, five themes are covered. The first concerns the regional effects of the internal market within the Community. Secondly, there is the sectoral impact within the Community. Thirdly, there are the external implications of the internal market. Finally, there are the dynamics effects, while the concluding section regards the role of accompanying policies.

Bibliografia

- BAKHOVEN, A. F. *The completion of the common market in 1992: macro-economic consequences for the European Community*. The Hague, Central Planning Bureau, mar. 1989 (Research Memorandum, 56).
- BALDWIN, R. The growth effects of 1992. *Economic Policy*, (9) :248-81, out. 1989.
- BREUSS, F., e SCHEBECK, F. *The completion of EC's internal market and its impact on the Austrian economy. Macroeconomic model simulations*. Vienna, Austrian Institute of Economic Research (Wifo), jul. 1989.
- BUIGUES, P., e ILZKOVITZ, F. *The sectoral impact of the internal market*. Commission of the EC, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, 1988a (Doc. II/335/88).
- . *The single market – implications for Belgian industry*. Commission of the EC, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, 1988b (Doc. II/420/88).
- BUREAU CENTRAL DE PLANEJAMENTO DA HOLANDA. *The Netherlands and Europe '92*. The Hague, Central Planning Bureau, mar. 1989 (Working Papers, 28).
- CALINGAERT, M. *The 1992 challenge of the European Community's internal market*. Washington, National Planning Association, 1988 (Report 237).
- CATINAT, M., DONNI, E., e ITALIANER, A. *The completion of the internal market: results of macroeconomic model simulations*. Commission of the EC, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, set. 1988 (Economic Papers, 65).
- CATINAT, M., e ITALIANER, A. *Completing the internal market. Primary micro-economic effects and their implementation in macro-economic models*. Commission of the EC, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, abr. 1988 (Doc. II/140/88).
- CAWLEY, R., e DAVENPORT, M. *Partial equilibrium calculations and the impact of internal market barriers in the European Community*. Commission of the EC, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, out. 1988 (Economic Papers, 73).
- COMISSÃO DA CE. *Completing the internal market*. White Paper from the Commission to the European Council, Document Series, Office for Official Publications of the EC, jun. 1985.
- . *The economics of 1992*. Commission of the EC, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, mar. 1988a (European Economy, 35).

- . *Economic forecasts 1988-1989*. Commission of the EC, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, jan. 1988b.
- . *Fourth progress report of the Commission to the Council and the European Parliament concerning the implementation of the Commission's White Paper on the completion of the internal market*. Commission of the EC, jun. 1989a (COM (89) 311 final).
- . *Economic forecasts 1989-1990*. Commission of the EC, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, maio/jun. 1989b.
- . *Economic convergence in the Community: a greater effort is needed. Short-term economic outlook and budgetary policies 1989-1990*. Commission of the EC, jun. 1989c (COM (89) 333 final).
- . *The Community economy at the turn of the decade*. Commission of the EC, Directorate-General for Economic and Financial Affairs, 1989d (European Economy, 42).
- COMITÊ PARA O ESTUDO DA UNIFICAÇÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA. *Report on economic and monetary union in the European Community*. Office for Official Publications of the EC, 1989.
- CORADO, C., e LEITE, A. N. *Industrial location and foreign investment in the Iberian Peninsula*. Bergen, Second European Research Workshop on International Trade, 26 a 30 de junho de 1989.
- DET OEKONOMISKE RÅD. *Danish Economy May 1989*. Copenhagen, 1989.
- GEROSKI, P. The choice between diversity and scale. In: CENTRE FOR BUSINESS STRATEGY. *1992: myths and realities*. London, London Business School, 1989.
- HENDERSON, D. *1992, the external dimension*. New York e London, Group of Thirty, 1989.
- ITALIANER, A., e VANHEUKELEN, M. *De voltooiing van de Europese interne markt in een mondiale context (The completion of the European internal market in a worldwide context)*. Leuven, Vereniging voor Economie, Mundialisering van de economie: de uitdaging van de jaren '90, Negentiende Vlaams Wetenschappelijk Economisch Congres, abr. 1989.
- KAY, J. A. Myths and realities. In: CENTRE FOR BUSINESS STRATEGY. *1992: myths and realities*. London, London Business School, 1989.
- KOL, J. *De EG na 1992 en de ontwikkelingslanden (The EC after 1992 and the developing countries)*. Economisch-Statistische Berichten Nr. 3717, jul. 1989.

- KRUGMAN, P. *EFTA and 1992*. European Free Trade Association, Economic Affairs Department, jun. 1988 (Occasional Paper, 23).
- O'SULLIVAN, L. Macroeconomic effects of 1992. In: BRADLEY, J., e FITZGERALD, J. *Medium-term review: 1989-1994*. Dublin, The Economic and Social Research Institute, jun. 1989.
- PELKMANS, J. *Market integration in the European Community*. The Hague, Martinus Nijhoff, 1984.
- PELKMANS, J., e WINTERS, L. A. *Europe's domestic market*. Routledge, London, The Royal Institute of International Affairs, 1988 (Chatham House Papers, 43).
- PINTADO, X., SUKSELAINEN, T., WIESER, T., WIJKMAN, P. M., e WÜRTEMBERG, J. Marcks von. *Economic aspects of the European Economic Space*. Geneva, European Free Trade Association, Economic Affairs Department, nov. 1988 (Occasional Paper, 25).
- VAN DEN BEMPT, P., e QUINTYN, M., eds. *Espace financier européen et coopération monétaire*. Paris, Economica, 1989.
- VAN SEBROECK, H. *De algemeen economische gevolgen voor België van de Europese eenheidsmarkt (Macroeconomic consequences for Belgium of the European single market)*. Brussels, Belgique, Bureau du Plan, dez. 1988.

(Originais recebidos em novembro de 1989.)